

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 149, DE 2019

Cria a Regime de Emergência Fiscal dos Estados, Distrito Federal e Municípios, em caráter excepcional, com objetivo de assegurar condições de enfrentamento da pandemia do *coronavírus*.

EMENDA AO SUBSTITUTIVO

Acrescente-se o seguinte inciso XI ao *caput* do Art. 16 do Substitutivo apresentado ao PLP 149, de 2019:

“Art. 16.

.....

XI - aos demais entes federados, em razão do regime de emergência fiscal, conceder o limite extraordinário para contratar operações de crédito, espaço fiscal, para o exercício de 2020 de 10% (oito por cento) de sua Receita Corrente Líquida correspondente, apurada no exercício de 2019.”

JUSTIFICAÇÃO

Essa alteração permite, na situação de excepcionalidade, que todos os estados possam, em percentuais diferentes, contratar operações de crédito.

Pelo critério atual, só os estados com notas “A” e “B” seriam elegíveis: Acre, Alagoas, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Pará, Paraíba, Piauí, Paraná e São Paulo.

Sala das sessões,

Deputado ENIO VERRI – PT/PR